



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
1ª VARA CÍVEL
R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1003712-44.2014.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Ordinário - Contratos Bancários**
 Requerente: **Antonio Guercio e outro**
 Requerido: **BANCO DO BRASIL SA**
 Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Milton Coutinho Gordo**

VISTOS.

ANTONIO GUERCIO, por si e representando EDGAR ANTONIO DE OLIVEIRA GUERCIO ajuizou a presente ação de DESCONSTITUIÇÃO DE TÍTULO em face do BANCO DO BRASIL S/A. O pleito tem por objeto uma nota promissória no valor de R\$ 53.0000,00; cobrada nos autos da execução n. 1152/95 desta Vara. Os autores sustentam que "aparentemente", o título parecia certo, líquido e exigível mas consoante apurado nos autos da ação Declaratória de Falsificação Documental, que tramitou perante a 5ª Vara Cível, foi falsificado; via da presente ação, buscam a desconstituição do título referido e a condenação do réu nas verbas da sucumbência.

A inicial veio instruída com os documentos de fls. 05/39.

As fls. 84/85 e 114/116, a inicial foi "emendada", para juntada de novos documentos (fls. 86/112) e esclarecimentos.

É o relatório, no essencial.

Decido, antecipadamente para reconhecer a litispendência e também a prescrição.

...

O que os autores almejam é a desconstituição



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
1ª VARA CÍVEL
 R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

de um título de crédito, mais especificamente uma nota promissória vencida em 27/03/1995 no valor de R\$ 53.000,00.

Referida cambial embasa a execução n. 1152/95, ajuizada e ainda tramitando nesta Vara desde 17/07/1995; na referida LIDE o(s) autor(es) figura(m) como executado(s)/avalista(s) da NP.

Na ação ajuizada perante a 5ª Vara Cível JOAQUIM GOMES DE FIGUEIREDO NETO (outro sócio cotista e gerente da empresa AUTO POSTO ZÉ MARFAK LTDA.) pediu a declaração de falsidade documental em face do BANCO DO BRASIL; ocorre que referida ação foi julgada parcialmente procedente, reconhecendo o Juízo que o documento de fls. 279 daqueles autos, consistente na folha 26 do extrato de movimentação financeira da conta corrente n. 0.006.077-1, em nome do Auto Posto Zé Marfak Ltda, é parcialmente falso e que eventual falsidade se limita aos dados registrados na movimentação financeira dos dias 11 e 12 de janeiro de 1995, mas especificamente os dois pequenos depósitos (não incluídos) de R\$ 305,78 e R\$ 8,50 e a um débito de R\$ 2.712,63 (também não incluído) que obviamente não tem o alcance que o autor pretende ver reconhecido!!!!

Isso, aliás, o Juízo da 5ª Vara deixa bem claro!!!! (v. 5ª lauda da sentença , parágrafos 6º e 7º).

Por outro lado, o ajuizamento da execução n. 1152/95 se deu em 17/05/1995 tendo o autor tomado ciência da ação (e, portanto, da utilização do título) em 23/02/1996 quando compareceu espontaneamente aos autos.

Consoante sustenta o item V da prefacial,



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
1ª VARA CÍVEL
 R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

verificou-se igualmente que no corpo do documento fraudado foi executado um lançamento na data de 17/03/1995, rotulado como "ordem de pagamento", no valor de R\$ 5.400,00.

Assim, a ciência do sustentado vício no título se deu há 15 anos, devendo ser observada a seguinte cronologia de fatos: a nota promissória foi emitida em 17/03/1995; o autor tomou ciência da sua cobrança judicial (através da execução n. 1152/95 em trâmite nesta Vara) em 23/02/1996.

Pelo Código Civil de 1916 (vigente à data dos fatos) o prazo prescricional para anular ou rescindir ato ou contrato realizado mediante fraude era de 04 anos contados do dia em que se realizou o ato ou contrato, conforme disposto no artigo 178, parág. 9º, V, letra "b".

Tomando como termo "a quo" para fruição do prazo prescricional, a data em que o autor tomou ciência da sua cobrança, através da execução 1152/95 desta 1ª Vara Cível, ou seja, 23/02/1996, o prazo de quatro anos previsto no artigo 178, parág. 9º, letra "b" do CC/16 expirou em fevereiro de 2000. Cabe ressaltar que o novo Código Civil, entrou em vigor em 11/01/2002.

Nesse sentido o seguinte aresto:

Prescrição — ocorrência — demanda anulatória de escrituras públicas em razão da prática de fraude. Provimento de natureza constitutiva negativa de ato anulável previsto no art. 147, II do CC/16. Decurso do prazo superior a quatro anos entre a prática dos atos e o ajuizamento da ação. Prescrição reconhecida. Inteligência do art. 178, parág. 9º, V, letra "b" do CC/16,



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
1ª VARA CÍVEL
R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

aplicável por força do artigo 2028 do CC/02. Decisão mantida. Recurso de apelação improvido. (TJSP, Apelação n. 990.10.550251-2, 6ª Câ. Dir. Privado, Relator Vito Guglielmi, data julg. 14/01/2011).

...

Outrossim, mesmo que a presente ação não estivesse atingida pela prescrição, o autor, como avalista que é, não pode argüir em benefício próprio, exceção pessoal própria do avalizado e ligada à causa do título.

Nesse sentido a doutrina.

Não pode o avalista invocar exceções pessoais ligadas à origem da obrigação. O avalista é responsável nos termos da cártula. Magarino Torres ensina que "o avalista não pode valer-se contra outrem, de exceção pessoal do avalizado, não podendo senão alegar direito próprio". No Recurso Extraordinário nº 67.378 o Supremo Tribunal Federal, concordantemente afirmou o princípio de que não cabe ao avalista defender-se com exceções próprias do avalizado, esclarecendo que sua defesa, quando não se funda em defeito formal do título, ou em falta de requisito para o exercício da ação, somente pode assentar em direito pessoal seu.

Sendo as obrigações cambiárias autônomas umas das outras, o avalista que está sendo executado em virtude da obrigação avalizada não pode opor-se ao pagamento, fundado em matéria atinente à origem do título, que lhe é estranha. O aval é obrigação formal, autônoma, independente, e que decorre da simples oposição, no título, da assinatura do avalista



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

1ª VARA CÍVEL

R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

(Rubens Requião, Curso de Direito Comercial, volume 2, Saraiva, 1977, pag. 352 e 439)

Prepondera o entendimento de que o aval cambiário é obrigação formal e autônoma, valendo por si mesmo. Não cabe ao avalista a discussão da *causa debendi*, que é própria do emitente do título, e só excepcionalmente daquele que o avalizou.

Confira-se, ainda, STF, RE 70.091, Rel. Min. Eloy da Rocha, in RT 509/269; RE 92.901-1, Rel. Min. Thompson Flores, in RT 546/260; RE 95.704-9, Rel. Min. Soares Muñoz, in RT 561/256; RE 100.615-3, Rel. Min. Néri da Silveira, in RT 651/206; STJ, REsp 1.747, Rel. Min. Nilson Naves, in RT 659/185; 1º TACivSP – Ap. Civ. 277.290, Rel. Juiz Tito Heskett, in RT 564/144; Ap. Civ. 341.284. Rel. Juiz Paulo Bonito, in RT 602/143; TAMG, Apl. Civ. 17.222, Rel. Juiz Aníbal Pacheco, in RT 553/224; TJSC, Ap. Civ. 34.191, Rel. Des. Cid. Pedroso, in RT 668/145).

Assim, mesmo que superada a questão da ocorrência da prescrição a improcedência do reclamo seria de rigor.

Concluindo: aplica-se, *in casu*, o disposto no artigo 178, parág. 9º, V, letra “b” do Código Civil/1916 impondo-se, via de consequência, a extinção do processo com a devida apreciação do mérito (art. 269, IV, CPC).

Ante o exposto, EXTINGO o feito com resolução do mérito, reconhecendo a prescrição da ação, com fulcro no artigo 269, IV do CPC.

Arcarão os requerentes com as custas e despesas do processo e honorários advocatícios que fixo em 10% do valor dado à causa.

P.R.I.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
1ª VARA CÍVEL
R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

São Carlos, 15 de dezembro de 2014.

MILTON COUTINHO GORDO
Juiz de Direito

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**